



BOLETIM OFICIAL

SUMÁRIO

Presidência da República:

Gabinete do Presidente.

Conselho de Ministros:

Resolução n° 53/2011: (II Série)

Dá por finda, a comissão ordinária de serviço de Carlos Miguel Ribeiro Pires Ferreira, Licenciado em Ciências Políticas, no cargo de Director-Geral do Turismo no Ministério do Turismo, Indústria e Energia.

Resolução n° 54/2011: (II Série)

Nomeia, Emanuel Pereira Garcia Almeida, Licenciado em Gestão e Planeamento Turístico, para exercer o cargo de Director-Geral do Turismo, no Ministério do Turismo, Indústria e Energia.

Resolução n° 55/2011: (II Série)

Nomeia, Fernando Jorge Wahnnon Ferreira, para, em comissão ordinária de serviço, desempenhar as funções de Director Nacional dos Assuntos Políticos e Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores.

Chefia do Governo:

Direcção-Geral da Administração Pública.

Ministério da Defesa Nacional:

Gabinete do Ministro.

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

Ministério da Administração Interna:

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

Ministério da Justiça:

Direcção-Geral da Administração.

Ministério das Infraestruturas, e Economia Marítima:

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

Ministério do Turismo, Indústria e Energia:

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

Ministério da Educação e Desportos:

Direcção dos Recursos Humanos.

Ministério do Desenvolvimento Rural:

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

Ministério da Cultura:

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

Município da Boa Vista:

Assembleia Municipal.

Município do Tarrafal de Santiago:

Câmara Municipal.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Artigo 1.º

Gabinete do Presidente

DESPACHO N.º 004/2011

Ao abrigo do disposto no artigo 7.º da Lei n.º 19/III/87, de 15 de Agosto, e no artigo 8.º da Lei n.º 22/III/87, de 15 de Agosto; e em cumprimento do Decreto-Presidencial n.º 24/2011 e do Decreto-Presidencial n.º 26/2011, ambos assinados aos 6 de Julho de 2011, o Presidente da República determina o seguinte:

Fica delegada na Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária da República de Cabo Verde nos Estados Unidos da América, Dra. Maria de Fátima Lima da Veiga, a competência para presidir aos actos solenes de agraciamento das seguintes entidades:

- Honorável Senador Edward Moore Kennedy (a Título Póstumo);
- Associação Cabo-verdiana de Brockton;
- Cape Verdean American Community Development – CACD;
- Fundação Padre Pio;
- Teen Center da Catholic Charities of Greater Boston.

Cumpra-se:

Gabinete do Presidente da República, na Praia, aos 6 de Setembro de 2011. – O Presidente da República, PEDRO VERONA RODRIGUES PIRES

—o§o—

CONSELHO DE MINISTROS

Resolução n.º 53/2011 (II Série)

de 14 de Setembro

No uso da faculdade conferida pelo n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Fim de Comissão

É dada por finda, a seu pedido, a comissão ordinária de serviço de Carlos Miguel Ribeiro Pires Ferreira, licenciado em ciências políticas, no cargo de Director-Geral do Turismo no Ministério do Turismo, Indústria e Energia, com efeitos a partir de 8 de Setembro de 2011.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.

José Maria Pereira Neves

Publique-se

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*

Resolução n.º 54/2011 (II Série)

de 14 de Setembro

Nos termos do n.º 1 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 86/92 de 16 de Julho, conjugado com o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Legislativo n.º 13/97; e

No uso da faculdade conferida pelo n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Nomeação

É nomeado, Emanuel Pereira Garcia Almeida, licenciado em gestão e planeamento turístico, para exercer o cargo de Director-Geral do Turismo, no Ministério do Turismo, Indústria e Energia, com efeitos a partir do dia 9 de Setembro de 2011.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.

José Maria Pereira Neves

Publique-se

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*

Resolução n.º 55 /2011 (II Série)

de 14 de Setembro

Nos termos do n.º 1 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 86/92 de 16 de Julho, conjugado com o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Legislativo n.º 13/97; e

No uso da faculdade conferida pelo n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Nomeação

É nomeado Fernando Jorge Wahnnon Ferreira, Ministro Plenipotenciário do 4.º Escalão, do quadro diplomático do Ministério das Relações Exteriores, para, em comissão ordinária de serviço, desempenhar as funções de Director Nacional dos Assuntos Políticos e Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra imediatamente em vigor.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.

José Maria Pereira Neves

Publique-se

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*

—o§o—

CHEFIA DO GOVERNO

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção-Geral da Administração Pública

Despacho de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 8 de Fevereiro de 2011:

José Monteiro, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A, quadro definitivo da Escola Secundária Dr. Teixeira de Sousa, do

Ministério da Educação e Desporto, encontrando-se em comissão eventual de serviço, desde 1 de Dezembro de 2008, a frequentar o curso de mestrado em “Tecnologias da Educação” na Universidade de Bridgewater – Estado Unidos da América – prorrogada a referida comissão, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 4º e artigo 11º do Decreto-Lei nº 1/87, de 10 de Janeiro, por um período de 6 meses, com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2010

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no Capº 10.16 Div. 11 Subdivisão 19 Cód. 03.01.01.02 do orçamento vigente do Ministério da Educação e Desporto.

Direcção-Geral da Administração Pública, na Praia, 1 de Setembro de 2011. – A Directora-Geral, *Carmilita Santos*.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Gabinete do Ministro

LOUVOR

O Capitão Paulo Jorge Brito Lopes desempenhou as funções de Ajudante de Campo do Ministro da Defesa Nacional desde 30 de Dezembro de 2007, incluindo, por conseguinte, o período que decorre a partir de Março de 2011, altura em que assumi as funções de Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e da Defesa Nacional.

Cedo pude comprovar que ele está à altura de tão exigente cargo. Notórios o seu sentido do dever e de responsabilidade e o seu empenho e entusiasmo em todas as tarefas inerentes à função, apresentando sempre acertadas soluções que em muito têm contribuído para o desempenho do Ministério da Defesa Nacional, destacando-se ainda como um inestimável apoio e elemento facilitador do trabalho do Ministro.

Possuidor de uma elevada competência no âmbito técnico-profissional, destaca-se pela sua versatilidade e aptidão para bem servir nas diferentes circunstâncias, mesmo fora do âmbito da sua especialidade, tendo-se constituído como um valioso colaborador tanto do Ministro como do Ministério da Defesa Nacional no seu todo, mercê dos elevados dotes de abnegação, assinalável espírito de sacrifício e o extraordinário desempenho e disponibilidade demonstrados no dia-a-dia.

O seu elevado sentido de responsabilidade e espírito de missão são, aliás, bem exemplificados com as suas vindas ao Palácio do Governo durante os seus períodos de descanso, de forma a resolver prontamente problemas com prestações demandadas ao Ministério na decorrência da necessidade de suprir lacunas a outros níveis. Outrossim, e nas condicionantes de escassez de pessoal, os seus dotes de carácter e capacidade de coordenação ficam patentes nos resultados de grupos de trabalho que dirigiu e das tarefas que lhe foram distribuídas.

Militar possuidor de relevantes qualidades pessoais, das quais se destacam a lealdade, a educação e a lisura de trato, a ponderação e a integridade de carácter, honra-me, neste momento em que, por opção própria e imperativos da sua Carreira, ele parte para novos desafios, louvar o Capitão Paulo Jorge Brito Lopes por ter contribuído inequívoca e significativamente para a eficiência, o prestígio e o cumprimento da missão do Ministério da Defesa Nacional.

Gabinete do Ministro da Defesa Nacional, na Cidade da Praia, aos 13 de Setembro de 2011. – O Ministro, *Jorge Homero Tolentino Araújo*

LOUVOR

O Capitão Octavio Sanches desempenhou ao longo da sua carreira militar vários cargos, tendo, nos últimos tempos, exercido o cargo de Oficial de Administração da Direcção Nacional da Defesa do Ministério da Defesa Nacional, sendo, sem dúvida, relevantes os serviços aí prestados, com destaque para as aéreas de administração e logística, bem como decisivos e meritórios no apoio à cooperação técnica residente, onde a actuação desse oficial tem sido especialmente apreciada.

Aliadas às suas qualidades pessoais, o Capitão Sanches tem-se revelado muito competente, empenhado e dedicado, sempre disponível para qualquer desafio, dando provas de elevado espírito de sacrifício e missão, de lealdade e responsabilidade, conseqüentemente de grande profissionalismo, atributos que definem os bons militares. De resto, esta postura granjeou-lhe o respeito de quantos com ele têm privado no trabalho ou no convívio, sendo, por isso, uma mais-valia que, certamente, constitui um exemplo e dignifica as Forças Armadas.

Por tudo quanto fica dito e porque esse desempenho, associado a uma refinada educação e humildade demonstrados no seu relacionamento interpessoal, permitiram-lhe, de facto, conquistar a estima e a amizade dos demais, constituindo um exemplo de profissional e de cidadão, aproveito esta ocasião para, nos termos do nº 2 do artigo 15º e do nº 1 do artigo 16º do Decreto-Legislativo nº 9/93, de 29 de Junho, Louvar o Capitão Octavio Sanches como forma de reconhecimento público pelo seu valor e qualidades.

Gabinete do Ministro da Defesa Nacional, na Praia, aos 13 de Setembro de 2011. – O Ministro, *Jorge Homero Tolentino Araújo*

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Despacho de S. Exª o Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e da Defesa Nacional:

De 12 de Maio de 2011:

Ao abrigo dos nºs 1 e 3 do artigo 3º, do Decreto Legislativo nº 3/95, de 20 de Junho, conjugado com a alínea c) do artigo 14º, da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro;

É nomeado, Carlos Nunes Fernandes dos Reis, para em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de assessor do Ministro da Defesa Nacional.

De 9 de Julho:

Ao abrigo dos nºs 1 e 3 do artigo 3º, do Decreto-Legislativo nº 3/95, de 20 de Junho, conjugado com a alínea c) do artigo 14º, da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro;

É nomeado o Major Amílcar Silveira Pires, para em comissão normal de serviço, exercer o cargo de Director de Gabinete do Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e da Defesa Nacional.

Os encargos correspondentes serão suportados pela dotação inscrita na rubrica 03.01. 01. 01- Pessoal do Quadro Especial do Orçamento do Gabinete do Ministro da Defesa Nacional, com efeitos a partir de 9 de Junho de 2011. – (Isento do Visto do Tribunal de Contas).

Direcção-Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Defesa Nacional, na Praia, aos 21 de Junho de 2011. – Pel’A Directora, *Édna Tavares*.



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Despacho da S. Exª a Ministra da Administração Interna:

De 8 de Abril de 2011:

É nomeada, nos termos dos nºs 1 e 3 do artigo 3º do Decreto-Legislativo nº 3/95, de 20 de Junho, conjugados com o artigo 14º da Lei nº

102/IV/93, de 31 de Dezembro, Elisângela Herbert Lopes Soares de Sena Monteiro, para, em comissão de serviço, desempenhar as funções de assessora da Ministra da Administração Interna, com efeitos a partir do dia 11 de Abril de 2011.

O encargo correspondente serão suportados pela dotação inscrita no económico 03.01.01.01 - pessoal do quadro especial do Orçamento do Gabinete da Ministra da Administração Interna.

Direcção-Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão, do Ministério da Administração Interna, na Praia, aos 6 de Setembro de 2011. – A Directora, *Ana Paula B. da Silva Costa*.

—oço—

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral da Administração

Despacho S. Ex^a o Ministro da Justiça:

De 2 de Junho de 2011:

António Andrade Lopes Tavares, licenciado em ciências da educação e pós-graduado em sociologia da inadaptação social, e em didáctica da inadaptação social, nomeado, para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Director de Gabinete do Ministro da Justiça, nos termos dos artigos 2.º e 3.º n.ºs 1 e 3 do Decreto-Lei n.º 3/95, de 20 de Junho, com efeito a partir do dia 6 de Junho de 2011.

Jorge Lopes Borges, técnico superior, referência 14, escalão B, do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Administração Pública e da Secretaria de Estado da Administração Pública, nomeado, para em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de assessor do Ministro da Justiça, nos termos dos artigos 2.º e 3.º n.ºs 1 e 3 do Decreto-Lei n.º 3/95, de 20 de Junho, com efeitos a partir da data do presente despacho.

Maria da Luz Brito Semedo, licenciada em direito e pós-graduada em ciências jurídicas, nomeada, para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de assessora jurídica, nos termos dos artigos 2.º e 3.º n.ºs 1 e 3 do Decreto-Lei n.º 3/95, de 20 de Junho, com efeitos a partir da data do presente despacho.

Miguel Hochimini Almeida Pires Semedo da Veiga, licenciado em direito, nomeado, para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de secretário do Ministro da Justiça, nos termos dos artigos 2.º e 3.º n.ºs 1 e 3 do Decreto-Lei n.º 3/95, de 20 de Junho, com efeitos a partir da data do presente despacho.

Os encargos correspondentes serão suportados pela verba inscrita na rubrica 3.01.01.01 - pessoal de quadro especial, Gabinete do Ministro, do orçamento do Ministério da Justiça.

Direcção de Serviço dos Recursos Humanos da Direcção-Geral da Administração do Ministério da Justiça, na Praia, aos 8 de Setembro de 2011. – O Director, *Filipe de Carvalho*

—oço—

MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURA E ECONOMIA MARÍTIMA

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Despacho de S. Ex^a o Secretario de Estado dos Recursos Marinhos:

De 2 de Setembro de 2011:

Irina Lopes, técnica superior, referência 14, escalão D, da Direcção-Geral das Pescas, concedida licença sem vencimento por um período de 30 dias ao abrigo do Decreto-Lei n.º 3/2010, capítulo IV, artigo 46º da subsecção I, com efeitos a partir do dia 5 de Setembro corrente.

Direcção-Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério das Infraestruturas e Economia Marítima, na Praia, aos 9 de Setembro de 2011. – A Directora-Geral, *Edna Sequeira*.

MINISTÉRIO DO TURISMO, INDÚSTRIA E ENERGIA

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Despacho de S. Ex^a o Ministro do Turismo, Indústria e Energia:

De 18 de Maio de 2011:

Énio Sérgio Pires Fortes Cruz, licenciado em turismo, nomeado mediante despacho da S. Ex^a a Ministra do Turismo, Indústria e Energia, para exercer as funções de Director de serviços da Direcção Regional Centro conforme a Publicado no *Boletim Oficial* n.º 29 II Série de 21 de Julho 2010, é reconduzido no respectivo cargo, com fundamento no n.º 2 do artigo 3º e na alínea c) do n.º 6 do artigo 6º do Decreto-Legislativo n.º 13/97, de 1 de Julho.

A despesa resultante terá cabimento na dotação orçamental inscrito na rubrica 03.01.01.02 - pessoal do quadro da Direcção Regional do Sal, do Ministério do Turismo, Indústria e Energia.

De 24 de Maio:

É nomeado, António Simplicio Anes Correia, para em comissão de serviço, exercer as funções de inspector adjunto, referência 11, escalão A do quadro de pessoal da Inspecção-Geral das Actividades Económicas, do Ministério do Turismo, Indústria e Energia, nos termos da alínea e) do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 13/98, de 5 de Abril, conjugado com o n.º 4 do artigo 13 da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

A despesa resultante terá cabimento na dotação orçamental inscrito na rubrica 03.01.01.02 - pessoal do quadro da Inspecção-Geral das Actividades Económicas, do Ministério do Turismo, Indústria e Energia.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 5 de Setembro de 2011.)

De 30:

É nomeado, António José Medina dos Santos Baptista, para em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de assessor da Ministra do Turismo, Indústria e Energia, ao abrigo do n.º 1 do artigo 3º do Decreto-Legislativo n.º 3/95, de 20 de Junho, conjugados com a alínea b) do artigo 14º da Lei 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 3 de Março de 2010.

A despesa resultante terá cabimento na dotação orçamental inscrito na rubrica 03.01.01.01 – Pessoal do Quadro Especial do Gabinete do Ministro do Turismo Indústria e Energia. – (Isento de visto Tribunal de Contas)

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão, do Ministério do Turismo, Indústria e Energia, na Praia, aos 7 de Setembro de 2011. – A Directora, *Juliana Carvalho*.

—oço—

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO

Direcção dos Recursos Humanos

Despacho da S. Ex^a a Ministra da Educação e Desporto:

De 25 de Agosto 2011:

É dada por finda, a seu pedido, a comissão ordinária de serviço da Maria Fernandes de Sousa Pontes Tavares, no cargo de Directora da Escola Secundária Constantino Semedo, Achada S. Filipe – Praia, com efeitos a partir da data de despacho.

Direcção de Recursos Humanos do Ministério da Educação e Desporto, na Praia, aos 6 de Setembro de 2011. – O Director, *Atânsio Tavares Monteiro*.

MINISTÉRIO
DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Direcção-Geral do Planeamento,
Orçamento e Gestão

Despacho de S. Ex^a a Ministra do Desenvolvimento Rural:

De 25 de Agosto de 2011:

António Jorge Silva, técnico adjunto, referência 11, escalão E, quadro do Instituto Nacional de Engenharia Rural e Florestas – INERF, destacado nos termos do artigo 9º do Decreto-Lei nº 54/2009 de 7 de Dezembro, para prestar serviço na Delegação do M.D.R. de Santo Antão – Planalto Leste, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2011.

Ibraltino Rosa Delgado, técnico adjunto, referência 11, escalão C, quadro do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário, destacado nos termos do artigo 9º do Decreto-Lei nº 54/2009, de 7 de Dezembro, para prestar serviço no Gabinete da S. Ex^a a Ministra do Desenvolvimento Rural, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2011.

Despacho do Director-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério do Desenvolvimento Rural:

De 31 de Agosto de 2011:

Jaime Ledo Barros de Pina, técnico superior, referência 13, escalão A, quadro definitivo do Ministério do Desenvolvimento Rural em efectividade serviço na Delegação do Fogo, concedida, nos termos do artigo 46º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março, licença sem vencimento por um período de 30 (trinta) dias, com efeitos a partir de 5 de Setembro de 2011.

Direcção-Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão, do Ministério do Desenvolvimento Rural, na Praia, 5 de Setembro de 2011. – A Directora, *Iara Anançy Abreu Gonçalves Fernandes*.

oo
MINISTÉRIO DA CULTURA

Direcção-Geral do Planeamento,
Orçamento e Gestão

Despacho de S. Ex^a o Ministro da Cultura:

De 18 de Maio de 2011:

Maria José da Conceição Almeida, licenciada em ciências de informação e comunicação, especialidade arquivo, nomeada para exercer, em comissão ordinária de serviço, o cargo de Directora dos Serviços Técnicos do Instituto do Arquivo Histórico Nacional, conforme publicação feita na II Série do *Boletim Oficial* nº 17, de 30 de Abril de 2008, é reconduzida no respectivo cargo, com fundamento na alínea c) do nº 6 do artigo 6º do Decreto-Legislativo nº 13/97, de 1 de Julho.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 6 de Setembro de 2011.)

Despacho conjunto de S. Ex^{as} o Ministro da Cultura e o Ministro da Presidência do Conselho de Ministros:

De 25 de Maio de 2011:

Maria Isabel Silves Ferreira Varela, do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Administração da Chefia do Governo, requisitada para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Directora dos Serviços de Recursos Humanos, Financeiro e Patrimonial, da Direcção-Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão do

Ministério da Cultura, nos termos previstos nos artigos 3º e 6º, nº 2 do Decreto-Legislativo nº 13/97, de 1 de Julho, conjugado com os artigos 2º, 4º e 8º do Decreto-Lei nº 54/2009, de 7 de Dezembro e o artigo 14º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

Os encargos correspondentes serão suportados pela dotação inscrita no código económico 3.01.04.02-Recrutamento e Nomeações do orçamento em execução da Direcção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Cultura. – (Visado pelo Tribunal de Contas no dia 6 de Setembro de 2011.)

Direcção-Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Cultura, na Praia, aos 8 de Setembro de 2011. – O Director-Geral, *Alberto Silva Ramos*.

oo
MUNICÍPIO DA BOA VISTA

Assembleia Municipal

DELIBERAÇÃO N.º 4/2011

A Assembleia Municipal da Boa Vista, reunida na sua 2ª sessão ordinária, referente ao ano 2011, no dia 20 de Julho de 2011, tendo apreciado a acta da 1ª sessão ordinária do ano 2011, deliberou ao abrigo do n.º 2. do artigo 35º do Capítulo VI do Regimento da Assembleia Municipal da Boa Vista, aprovar a acta da 3ª sessão ordinária da Assembleia Municipal da Boa Vista de 2010, por unanimidade de votos de todos os presentes.

DELIBERAÇÃO N.º 5/2011

A Assembleia Municipal da Boa Vista, reunida na sua 2ª sessão ordinária, referente ao ano 2011, no dia 20 de Julho de 2011, deliberou, ao abrigo da alínea d), n.º 2 do artigo 81º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho, apreciar a conta de gerência da Câmara Municipal da Boa Vista, referente ao ano de 2010, favoravelmente.

DELIBERAÇÃO N.º 6/2011

A Assembleia Municipal da Boa Vista, reunida na sua 2ª sessão ordinária, referente ao ano 2011, no dia 20 de Julho de 2011, deliberou, em conformidade com o Decreto-Lei nº 1/2006, de 13 de Fevereiro, LBOTPU – Lei de Bases de Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico, e Decreto-Lei nº 2/2011, de 3 de Janeiro, que estabelece o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, autorizar a Câmara Municipal a proposta para delimitação e classificação da área que engloba o Bairro Chã de Salinas, em Regime de Carácter Especial de Intervenção, como Unidade de Execução Prioritária, por unanimidade de votos de todos os presentes.

Assembleia Municipal da Boa Vista, aos 20 de Julho de 2011. – O Presidente, José Luís Santos

oo
MUNICÍPIO
DO TARRAFAL DE SANTIAGO

Câmara Municipal

Despacho da S. Ex^a o Presidente da Câmara Municipal do Tarrafal:

Ederlindo Jorge Gomes Monteiro Costa, nomeado nos termos da alínea a) dos nºs 3 e 5 do artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com os artigos 1º 2º 3º e 4º do Decreto-Lei nº 21/99, de 26 de Abril e alínea d) do nº 2 do artigo 92º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho, para exercer as funções de Delegado Municipal, ficando na Delegação Municipal de Chão Bom.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita nos códigos 03.01.01.06 do Orçamento Municipal vigente. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 22 de Agosto de 2011.)

Câmara Municipal do Tarrafal, aos 29 de Agosto de 2011. – O Secretário Municipal, *Suzy Soares Rosa*.

FAÇA OS SEUS TRABALHOS GRAFICOS NA INCV



NOVOS EQUIPAMENTOS NOVOS SERVIÇOS DESIGNER GRÁFICO AO SEU DISPOR



BOLETIM OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001



Av. Amílcar Cabral/Calçada Diogo Gomes, cidade da Praia, República Cabo Verde.
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: incv@gov1.gov.cv
Site: www.incv.gov.cv

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao Boletim Oficial desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Sendo possível, a Administração da Imprensa Nacional agradece o envio dos originais sob a forma de suporte electrónico (Disquete, CD, Zip, ou email).

Os prazos de reclamação de faltas do Boletim Oficial para o Concelho da Praia, demais concelhos e estrangeiro são, respectivamente, 10, 30 e 60 dias contados da sua publicação.

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional.

A inserção nos Boletins Oficiais depende da ordem de publicação neles aposta, competentemente assinada e autenticada com o selo branco, ou, na falta deste, com o carimbo a óleo dos serviços donde provenham.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

ASSINATURAS

Para o país:

	Ano	Semestre
I Série	8.386\$00	6.205\$00
II Série.....	5.770\$00	3.627\$00
III Série	4.731\$00	3.154\$00

Para países estrangeiros:

	Ano	Semestre
I Série	11.237\$00	8.721\$00
II Série.....	7.913\$00	6.265\$00
III Série	6.309\$00	4.731\$00

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

AVULSO por cada página 15\$00

PREÇO DOS AVISOS E ANÚNCIOS

1 Página	8.386\$00
1/2 Página	4.193\$00
1/4 Página	1.677\$00

Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 50%.

PREÇO DESTES NÚMEROS — 90\$00